

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 4.319, DE 2001

Determina a obrigatoriedade das empresas de mídia escrita, de colocar valores nos anúncios de vendas e aluguéis.

Autor: Deputado Lincoln Portela

Relator: Deputado Pastor Reinaldo

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei sob exame pretende obrigar os jornais e revistas a só publicarem anúncios classificados quando estes especificarem os preços dos produtos ou serviços oferecidos.

A proposição visa a resguardar o consumidor da utilização indevida de anúncios classificados, utilizados muitas vezes como “iscas” para obter contato com pessoas incautas, e isto sem ônus para o vendedor. O objetivo é permitir que o consumidor já tenha uma noção do preço pretendido pelo vendedor, o que vincularia este à oferta publicada, fato que desestimularia os aproveitadores.

Tendo sido examinada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, esta aprovou parecer contrário, proferido pelo ilustre Deputado João Almeida, com o argumento de que ofende o princípio democrático ao restringir a “liberdade do cidadão dispor de seus bens da forma como melhor lhe parecer” e compromete a flexibilidade necessária às atividades de “marketing” e comércio, o que traria, paradoxalmente, prejuízo ao consumidor. Além disso, entendeu o nobre Relator que a legislação vigente “já dispõe dos mecanismos necessários para coibir eventuais práticas lesivas ao consumidor, em especial quanto às práticas de propaganda enganosa”.

Requerido o seu desarquivamento pelo Autor, voltou a tramitar a matéria no início da presente legislatura. Esgotado o prazo regimental, não foram recebidas emendas nesta Comissão, à qual cabe pronunciar-se sobre o mérito nos termos do art. 32, IV, a e b, do Regimento Interno.

II - VOTO DO RELATOR

Não obstante o elevado objetivo que o nobre Autor pretende alcançar com o projeto de lei em comento, parece-nos que a questão merece ainda uma reflexão maior para um posicionamento legislativo no sentido proposto.

A fixação prévia dos preços, por sua inflexibilidade, poderá gerar problemas em situações como as de promoções e liquidações ditas “relâmpago”, em que o preço oferecido poderá ser diferente daquele publicado no anúncio classificado, inclusive a favor do consumidor.

Por outro lado, nos dias atuais, cada vez mais as empresas estão sujeitas a oscilações e alterações conjunturais em curtíssimo prazo, o que pode comprometer a garantia da manutenção de preços pré-fixados, e assim informados, ao consumidor em geral.

A necessidade de se alterar um preço fixado em face da ameaça de estar ele claramente gerando prejuízo ao fornecedor, poderá acarretar ainda o direito a ações judiciais por “dumping” e propaganda enganosa, quando, na verdade, não houve dolo por parte do fornecedor.

Em face do exposto, votamos contrariamente ao Projeto de Lei nº 4.319, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado Pastor Reinaldo
Relator